

Artigo Original

Cidadania também se aprende na escola: um relato de experiência no IFPI/Campus Floriano

Citizenship is also learned at school: an experience report at IFPI/ CAMPUS Floriano

Lana Cristina Rodrigues do Nascimento¹. Eryka Aparecida de Araújo Borges²

^{1,2}Faculdade de Ensino Superior de Floriano

RESUMO: O presente artigo levanta questionamentos sobre cidadania na atualidade especificamente na escola, um relato de vivência das estagiárias de Serviço Social nos cursos técnicos integrados ao médio de Edificações, Eletromecânica, Informática e Meio ambiente do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI) no Instituto Federal do Piauí (IFPI) Campus Floriano. As atividades realizadas foram ações socioeducativas enfatizando discussões sobre o tema: “cidadania também se aprende na escola”, no qual foi feito um resgate histórico sobre a trajetória dos direitos sociais no Brasil e suas contradições dentro do sistema capitalista.

PALAVRA-CHAVE: Cidadania na escola. Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante. Serviço Social na Educação.

ABSTRACT: The present work raises questions about citizenship in the present time specifically in the school, an experience report of the professionals and the Social Service trainees in the technical courses integrated to the medium of Buildings, Electromechanics, Informatics and Environment of the Incoming Student Reception Program (PRAEI) at the Federal Institute of Piauí (IFPI) Campus Floriano. The activities carried out were socio-educational actions emphasizing discussions on the theme: "citizenship is also learned in school", in which a historical rescue was made on the trajectory of social rights in Brazil and its contradictions within the capitalist system.

1 INTRODUÇÃO

O termo cidadania vem sendo discutido há anos na Humanidade e apesar de ter passado por mudanças e transformações ao longo da história, só veio ganhar mais visibilidade após a Segunda Guerra Mundial com a Declaração dos Direitos Humanos elaborada em 1945 e instituída em 1948 em aparato a um dos maiores desastres de desumanidade já visto no mundo, liderado pelo Nazismo, Fascismo, e os demais países que corroboraram para essa atrocidade de violação dos direitos humanos.

Diante disso, falar de cidadania na escola é desafiador, porque vivemos em mundo cada vez mais individualizado, violento e competitivo, e as vezes os jovens acham que ser cidadão restringe apenas a direitos e deveres, mais é muito além disso, é aquele indivíduo que pensa, que é crítico e participa da sociedade na qual ele vive, como por exemplo participando de debates, conferências, ações voltadas não só para o interesse individual mais também coletivo para melhoria do acesso aos direitos políticos, civis e sociais.

Por tanto, percebemos que esse tema é de suma importância para ser debatido nas escolas, aja vista, que é o lugar onde há mais relações sociais, com diferentes classes sociais, e tem que ser discutidos questões de preconceito, discriminação, bullying,, orientação sexual e dentre outras, assim, os professores devem estimular os alunos a lutarem por um mundo melhor propondo mudanças de melhorias e convidando os mesmos a compreenderem à realidade no qual estão inseridos.

2 A TRAJETÓRIA E A CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Segundo Moraes, Pires e Melo (2015), os direitos humanos foram conquistados ao longo dos anos, devido à grande pressão popular com movimentos sociais reivindicando por melhores condições dignas, e o desafio maior na atualidade é que os mesmos venham a serem efetivados. Antes esses direitos eram vistos como natural do homem como dizia na Declaração Universal do Direito do Homem e do Cidadão em (1789) estando a frente a Revolução Francesa que viabilizou direitos e não apenas obrigações. O problema mais tarde em relação a essa declaração foi por causa do seu viés naturalista, onde grandes autores contestaram que são históricos e sociais e que para serem conquistados as pessoas precisam lutar.

Para Mazucheli (2010), cabe uma pergunta: porque será que surgiu a Declaração dos Direitos Humanos? Ações de crueldade e de desumanidade, que na contemporaneidade denominamos de desrespeito ou violação de direito, fazem parte da trajetória mundial. No Brasil mesmo sendo um País mais novo, foi sinônimo de várias atrocidades como o massacre dos índios e dos negros. Mais mesmo diante de tudo e também da primeira grande guerra, a mesma só foi criada em 1948 por causa da segunda guerra mundial onde ocorreu o maior holocausto já visto na história da humanidade e mesmo juntando todas as guerras ainda não supera a quantidade de mortos entre eles mais de 11 milhões, sendo 6 milhões judeus, como também negros, homossexuais, pessoas com deficiência, e os lançamentos das bombas atômicas nas cidades de Nagasaki e Hiroshima e entre outros.

E o mais questionador é que essa perversidade está recente, e mediante disso a Organização das Nações Unidas tiveram que elaborar estratégias para aplicar um mecanismo que de fato barrasse outra atrocidade como essa, reconhecendo assim o direito da pessoa humana, colocando acima de tudo sua dignidade, frisando que é inegociável.

3 OS DIREITOS SOCIAIS NO ÂMBITO BRASILEIRO

Segundo Yamamoto (2000), a década de 1980 foi um marco para o Brasil, porque ocorreu a redemocratização do país na transição da ditadura militar para democracia, e que isso não foi à toa, foi devido a uma grande pressão popular que reivindicaram seus direitos com movimentos sociais, e de certa forma as demandas populares ganharam uma certa visibilidade, e todas essas manifestações populares se consumaram com a Constituição Federal de 1988.

Para a mesma autora, os anos de 1990 foi marcado pela globalização, novos avanços da tecnologia e também a implantação do neoliberalismo, que esse último teve grandes contradições porque sua ideologia dizia que ia trazer melhorias para população, pleno emprego, oportunidade para todos, e o que se viu foi totalmente ao contrário, ocorreu privatizações no país, desemprego exacerbado e foi quando começou o trabalho informal da maioria das pessoas que estavam a margem do capitalismo, justamente porque não tinha oportunidade para todos, o neoliberalismo ideologia do sistema capitalista e da elite brasileira visava apenas o crescimento econômico do país, e só crescimento não gera desenvolvimento.

Então os direitos humanos no Brasil vem sofrendo grandes transformações ao longo da história, estando sempre em construção, principalmente por causa dos agravamentos das múltiplas expressões da questão social em que a classe mais pobre vive um grande retrocesso dos direitos sociais, reflexos esses de conflitos entre capital e trabalho, em que o sistema capitalista impõem de forma disfarçada e ilusória a defasagem dos serviços públicos, disparidade social, consumismo, manipulação da mídia, colapso da natureza em nome do crescimento econômico e dos avanços tecnológicos, competição, terceirização, fome, violência, pobreza, exclusão social, cultural, econômica e entre outras expressões. Mesmo com todos esses problemas sociais gerados pelo próprio sistema capitalista ainda a uma invisibilidade pelos que sofrem todos esses conflitos porque esse sistema consegue obscurecer e alienar essa população que não tem conhecimento, informação, ou seja, elas não são esclarecidas de seus

direitos e isso não é culpa delas e sim de uma elite que detém de toda concentração da riqueza do país materializando a desigualdade social.

4 PORQUE É IMPORTANTE FALAR DE CIDADANIA NA ESCOLA?

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei 9394 de 1996, declara que a educação é direito de todos os cidadãos conforme está instituído pela Constituição Federal de 1988, estabelecendo que a mesma é dever da família e do Estado nas três esferas de governo. Como afirma no Art. 3º:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extraescolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII – consideração com a diversidade étnico-racial;

Segundo Barbosa (2015), a educação é vista como uma conquista fundamental do ser humano, e como dever do Estado, mais por ela está submersa ao os meios de produção e reprodução da órbita do capital acaba não abarcando a sua real ideologia ao que se refere à obtenção da emancipação humana, ou seja, do ser pensante, crítico, propositivo que participa das lutas e movimentos sociais para efetivação da cidadania, induzindo os alunos apenas ao tecnicismo, a burocratização, sendo os mesmos só executores de suas ações do cotidiano ao qual está inserido. Como diz Iamamoto nessa passagem:

Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaço de poder.” (IAMAMOTO, 2008, p.50).

Segundo Iamamoto (2008), em seu livro que tem como título “ Serviço Social em tempo de capital fetiche”, que aborda a questão do pensamento fetichista, este por sua vez banaliza a relação do trabalho nos meios de produção e reprodução, fazendo com que surjam novos conflitos entre burguesia e proletariado, em uma visão em que as classes menos favorecidas tornem se alienadas e conformadas obscurecendo a realidade.

Esse fetichismo é criado de forma ilusória e fantasiosa, em que seu principal foco é o consumismo exacerbado em que cria uma falsa identidade das pessoas sentirem vontade de consumir sem necessidade tornando-se robôs do capitalismo que visa o lucro, o individualismo, a propriedade privada e a ideologia que o indivíduo deve prover sozinho de suas obrigações.

A educação está inserida dentro desse sistema, com isso tem o papel de auxiliar no processo de construção da identidade humana, uma vez que trabalha com a sociabilidade do conhecimento capaz de quebrar paradigmas e estereótipos para construção da cidadania processo esse que está em construção e depende também da participação dos sujeitos ativos na sociedade como na política, na economia, e no social para melhores condições dignas.

5 A CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O assistente social na educação é o profissional que impulsiona o processo de democratização da escola, compreende-se que a atuação do mesmo no contexto escolar a partir da perspectiva de democratização da educação, auxilia na concretização de uma gestão escolar que seja plena, respeitando o aluno em sua integralidade. (BARBOSA et al,p. 4, 2015)

Ao longo das últimas duas décadas, a atuação dos/as assistentes sociais na Política de Educação, corresponde a requisitos socioinstitucionais que vem ampliando o acesso e a permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil.

A pratica profissional dentro da educação não está baseada em uma única questão social, mas nas múltiplas expressões da questão social. Para sua pratica contribuir no processo de ensino- aprendizagem é preciso que seja crítica e propositiva, e estejam ligadas as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. (BARBOSA, 2015).

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (Iamamoto 2000, p.52).

Segundo Iamamoto (2000), as maiores dificuldades que os/as assistentes sociais vivem no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativos e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano e redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual. Até porque o assistente social além de ser um profissional crítico, propositivo e mediador, é também investigativo, ou seja, vai primeiro conhecer a realidade daquele indivíduo para depois intervir.

A finalidade e os objetivos do/a Assistentes Social enquanto profissional está apto para criar estratégias com o intuito de desenvolver nos alunos habilidades, estimulando os mesmos a criarem formas para o enfrentamento dos conflitos que eles vivenciam e, assim, em ponderá-los.

6 A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AS OFICINAS REALIZADAS NO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO AO ESTUDANTE INGRESSANTE NO IFPI CAMPUS FLORIANO

O encontro com os alunos do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI), realizado nos 08, 13 e 14 de março de 2018, com o tema “Cidadania também se aprende na escola”. Iniciou-se com apresentação dos nomes dos/das alunas e com um questionamento sobre “Como você pode contribuir para a nossa escola”?

Em seguida houve um momento de discursões com as profissionais e estagiarias de Serviço Social, falaram sobre a trajetória dos direitos sociais no Brasil. É importante frisar que o objetivo da referida ação foi informar, questionar e sensibilizar os (as) discentes (as) sobre a importância da Cidadania. Posteriormente foi explanado um slide com imagens positivas e negativas correlacionando com o esquema com palavras que fazem parte dos direitos humano como: liberdade, respeito, equidade, igualdade, cooperação, dialogo, solidariedade, e entre outros.

Ademais, as estagiárias convidaram um aluno da sala e uma servidora do IFPI para interpretarem uma cena do vídeo “Ninguém nasce racista”, onde as frases eram de discriminação como: EU não gosto da sua cor! O seu cabelo é horrível! Não gosto de gente da sua cor! Seu

cabelo parece uma esponja! Tu és negra, você não deveria estar aqui! Depois da encenação foi colocado o vídeo real do mesmo. Outrossim, aconteceu um momento de reflexão, onde foi ressaltado que poderia estar ouvindo essas ofensas não só o negro mais pessoas de classe social baixa, com tecido adiposo, LGBT, albinos e dentre outros. As expressões do vídeo foram faladas por pessoas reais na internet, e que a discriminação no Brasil é decorrente desde do período colonial e na contemporaneidade vem se reproduzindo com outras roupagens, ou seja, o preconceito disfarçado e velado tornando assim não só embebido mais enraizado na sociedade brasileira.

Os objetivos de debater o tema “Cidadania também se aprende na escola” é voltados para esclarecer a importância da participação dos (das) cidadãos na sociedade civil; Discutir com os alunos que esse tema cidadania faz parte também da formação dos mesmos para não se tornar um cidadão apenas técnico , mais além disso, transforma-se em um ser humano crítico e pensante; Discutir assuntos como: preconceito, discriminação, classe social, orientação social, bullying, e da trajetória dos direitos sociais até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tanto entendemos que falar dos direitos humanos é de suma importância principalmente na atual conjuntura a qual vivemos, onde deparamos com o individualismo, a competitividade decorrente do retrocesso dos direitos sociais com a ideologia neoliberal que visa o mercado livre sem a intervenção do Estado, dando prioridade as relações econômicas e privadas e não olhando para o social e consequência disso veio as perdas dos direitos, regresso, degradação, desemprego e uma nova expressão da questão social em um país que se diz democrático e com leis que deveriam garantir os direitos do cidadão, mas não se materializa de fato por conta de uma grande centralização e concentração de poder e de renda que não é compartilhada para todos.

Então, vai se criando medo naturalizando e banalizando esses direitos, de uma forma que as pessoas de tão alienadas acabam perdendo a capacidade de pensar por causa dessas atividades rotineiras, repetitivas, altas horas de jornada e muitas vezes insalubres as condições dos mesmos. Por isso, a sociedade tem que acordar e se questionar o porquê dessa apropriação, fazendo manifestações sociais reivindicando seus direitos.

Precisamos entender que o ensino tradicionalista, em que só o docente fala sem permitir a participação do estudante nas aulas não vai levar aquele aluno a pensar, a refletir, a olhar o outro e perceber seu caráter, sua integridade e honestidade, ele apenas vai reproduzir ações que lhe foram passadas sem compreender a sua real realidade, principalmente no Brasil a qual é um país com marcas e ações discriminatórias e que hoje vem sendo reproduzidas com o “jeitinho brasileiro”, com um preconceito disfarçado, velado que não está só embebido mais enraizado na sociedade brasileira, e muitas vezes as pessoas acham normal, mais é muito além disso, é cultural, social, no qual vem naturalizando todos esses preceitos de diferenciação de classe social, orientação sexual, cor da pele dentre outros preconceitos.

A vista disso, esperamos que esse trabalho venha abrir novos horizontes de perspectiva de esclarecimentos para estudantes não só da área de Serviço Social mais como das demais profissões, convidando as pessoas a pensarem e refletirem sobre seus comportamentos, bem como, sensibilizando os mesmos a praticarem a solidariedade, o respeito, a cooperação, alegria, o diálogo, a liberdade de expressão, e com o lema deixado por Nelson Mandela “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, religião, ou sua origem, elas aprendem, e da mesma forma que são ensinadas a odiar, podem aprender a amar, e respeitar a diferença do outro, ou seja, não impondo a sua ideologia, princípios e valores a outra pessoa que tem pensamentos ou concepções contrárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. BRASIL.

BARBOSA, M. Q. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira.** Campinas: Papel Social, 2015.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019.** Teresina, 2014a.

MAZUCHELI. **Geografia e luta--Por que surgiu a declaração dos direitos humanos em 1948?** 2010. Disponível em: <<http://geografiamazucheli.blogspot.com.br/2010/11/por-que-surgiu-declaracao-universal-de.html>>. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

MORAES, Yasmin Feitosa Carvalho de. PIRES, Cintia Leticia Gomes. MELO, Pedro Henrique de Jesus. **DIREITOS HUMANOS E DE CIDADANIA: trajetória histórica das conquistas e garantias dos direitos da pessoa idosa.** Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/direitos-humanos-e-de-cidadania-trajetoria-historica-das-conquistas-e-garantias-dos-direitos-da-pessoa-idosa.pdf>>. 2015. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em 24 Ago. 2017.